

O Clamor do Desemprego

no Mundo e em Santa Catarina

Glauco José Côte*

O mundo se aproxima do limiar de um novo século com um problema não resolvido: o do desemprego. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), até um terço dos 3 bilhões de trabalhadores do mundo poderão estar desempregados ou sub-empregados em 1999. A estimativa é mais ou menos a seguinte: até 150 milhões (5%) estarão desempregados e algo entre 750 (25%) e 900 milhões (30%) estarão sub-empregados, trabalhando menos do que a jornada normal ou ganhando menos do que o salário normal (são os chamados empregos precários).

Como se verifica no quadro abaixo, praticamente nenhum país está livre desse problema:

1. O RETRATO

Desemprego
1998, em % da força de trabalho

Países Industrializados		América Latina		Outros	
Espanha	19	Colômbia	15	Filipinas	13
França	12	Argentina	13	Coréia do Sul	8
Itália	12	Venezuela	11	Malásia	7
Alemanha	11	Uruguai	10	África do Sul	5
Canadá	9	Peru	10	Hong Cong	5
Dinamarca	7	Brasil	8	Indonésia	5
Portugal	7	Chile	6	Tailândia	4
Grã-Bretanha	6	México	3	China	3
Estados Unidos	5			Cingapura	2
Japão	4			Taiwan	2

Fonte: OIT. Numeros arredondados pelo autor.

O que muda é a sua intensidade. Em alguns países, o problema atinge características de verdadeira calamidade social, sobretudo naqueles que não possuem políticas compensatórias eficazes de proteção aos desempregados e aos sub-empregados. Segundo relatório do Banco Mundial, mais de um bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, vivem (ou sobrevivem?) com menos de um dólar por dia (cf "O trabalhador e o processo de integração mundial", 1995).

No Brasil, a situação tem-se agravado nos últimos anos. Com efeito, o país saiu de uma taxa de desemprego de pouco menos de 5% em 1995 para os atuais 8%, representando um dramático aumento de 60%. Por se constituir no setor mais exposto à concorrência internacional, é na indústria que os ajustes requeridos têm sido mais profundos, implicando na eliminação de mais de 1 milhão de postos de trabalho desde 1990, quando teve início o processo de abertura comercial.

Em Santa Catarina, de 1991 a 1996 cerca de 40 mil postos de trabalho foram fechados (4% da força de trabalho) e a situação só não atingiu proporções de verdadeira calamidade social porque o setor de serviços, incluindo a administração pública, e o setor de construção civil, tiveram desempenhos positivos no período, conforme se pode ver a seguir:

Estoque de empregos em Santa Catarina*

Setores	1991	1996	Varição
Ind. Extrativa Mineral	6.993	4.127	(2.866)
Ind. de Transformação	365.937	325.762	(40.175)
Serv. Inds. de Util. Pública	16.012	12.779	(3.233)
Construção Civil	29.123	34.333	5.210
Comércio	157.192	134.079	(23.113)
Serviços, incl. Adm. Pública	342.686	368.008	25.322
Agropecuária e Pesca	28.232	28.832	606
Outros	3.506	1.682	(1.824)
Total	949.681	909.608	(40.073)

* Dados trabalhados pelo autor

Fonte: 1991, DIEESE-SC (Mercado de Trabalho em S.C., jun/96)
1996, FIESC (Santa Catarina em Dados, 1998)

Segundo Sheila Najberg e Solange Vieira ("Emprego e Crescimento Econômico: Uma Contradição?" BNDES, set/96), os cinco setores responsáveis pela geração do maior número de empregos diretos e indiretos no Brasil são, pela ordem, (1) têxtil, (2) agropecuária, (3) madeira e mobiliário, (4) fabricação de calçados e (5) comércio. Esses setores têm uma participação expressiva na economia de Santa Catarina e, como foram duramente afetados, nos últimos anos, pela

crise financeira internacional, acabaram por sofrer um dramático encolhimento, que levou ao fechamento de milhares de postos de trabalho, deixando sem emprego sobretudo os trabalhadores com baixo nível de instrução. O setor industrial foi responsável pelo fechamento de 11 mil vagas em 1997, sendo que mais 7 mil foram eliminadas até novembro de 1998.

2. AS CAUSAS

O que explica o fato de que o desemprego se mantém elevado, apesar do crescimento ilimitado das oportunidades, provocado pelas transformações que se processam na economia mundial? Afinal, os países estão vindo de uma fase de crescimento contínuo.

Tudo indica que nem o crescimento econômico e nem o desenvolvimento dos mercados asseguram automaticamente o acesso a novos postos de trabalho, assim como também não são capazes de garantir educação e saúde aos mais pobres. Ora, ainda que o desemprego atinja atualmente a todas as classes sociais, os mais pobres e menos instruídos continuam sendo os mais afetados.

O crescimento econômico é necessário, mas não suficiente, porque está provado que não beneficia a todos indistintamente. Os excluídos correm o risco de não serem contemplados. Por isso, é missão do governo atuar com vistas à criação de ambientes propícios à geração de novos empregos, com especial atenção para a população que se encontra mais desprotegida e que tem menos condições de competir em setores que estão se atualizando tecnologicamente em grande velocidade.

No caso do Brasil ainda é possível acrescentar, à liberalização comercial, o fenômeno da estabilização da moeda, acompanhada da valorização da taxa de câmbio, e a utilização, por força da maior concorrência, de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, o que faz com que os níveis de emprego se reduzam enquanto a produtividade aumenta.

Em Santa Catarina, adicionalmente, milhares de empregos sumiram em função da crise a que foram submetidos segmentos importantes de sua economia, como é o caso dos setores têxteis, mobiliário, calçados e, mais recentemente, do próprio setor alimentar, todos confrontados com quedas brutais de preços ou com políticas protecionistas. Quanto mais se reduz o preço de determinados produtos no mercado internacional, mais forte se torna a proteção que países selecionados conferem aos produtores locais.

3. O FUTURO

Infelizmente, há poucas razões para otimismo em relação à possibilidade de mudanças significativas, a curto prazo, na questão de desemprego. Particularmente nos casos brasileiro e catarinense, as perspectivas são de agravamento de um quadro que já se mostra suficiente-

mente delicado. Com taxas de juros e carga tributária elevadíssimas, os produtos nacionais têm a sua competitividade prejudicada tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo, uma vez que os seus principais concorrentes não estão sujeitos aos mesmos ônus.

Vista sob o ângulo da estatística, a taxa de desemprego não passa de mais um índice, que se mistura a tantos outros que procuram medir o desempenho da economia. Sob o ponto de vista da dignidade humana, no entanto, não se pode esquecer o fato de que o trabalho, constituindo uma obrigação, reveste-se também de um direito das pessoas, como solenemente insculpido na Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Artigo XXIII – *Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.*" Sendo assim, é surpreendente que até agora a Organização das Nações Unidas (ONU) não tenha sido acionada para que esse sagrado direito seja respeitado em sua plenitude pelos países signatários da Declaração.

Todas as Encíclicas Sociais da Igreja trataram desse tema, especialmente a partir da até hoje atual *Rerum Novarum*, escrita em 1891 sobre as condições dos operários pelo Papa Leão XIII. Retomando-o, na encíclica *Laborem Exercens* (1981), o Papa João Paulo II considera que o trabalho "é a chave da questão social". Dez anos mais tarde, reafirma na *Centesimus Annus* (1991) que "a obrigação de ganhar o pão com o suor do próprio rosto supõe, ao mesmo tempo, um direito", e torna definitivo o ensinamento de que "uma sociedade onde este direito seja sistematicamente negado, onde as medidas de política econômica não consintam aos trabalhadores alcançarem níveis satisfatórios de ocupação, não pode conseguir nem a sua legitimação ética nem a paz social."

Uma das alternativas para a reversão desse grave cenário é a mobilização das pessoas que reúnem responsabilidades nos campos político, econômico e social, em nível nacional e internacional, para que, posicionando-se além da economia, se empenhem pela instauração de um sistema de solidariedade, fundado em valores universais, que assegure a primazia do homem e do seu trabalho sobre o capital, com o que se estará dando um passo singelo, mas importante, para o restabelecimento da dignidade dos filhos de Deus.

Se, de fato, a economia passar a ser regulada pela ética, como propõe a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Campanha da Fraternidade 1999), então as pessoas estarão "no centro de todos os projetos" e essa primazia se dará naturalmente.

* O Autor é Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, e Vice-Presidente Executivo das Empresas Portobello.